

29/05/2024 09:30:35 - AGRO NEWS

## ARTIGO/RODRIGO LIMA: ADAPTAÇÃO NÃO É MODA, VEIO PARA FICAR



A tragédia que aflige o Rio Grande do Sul joga luz sobre os impactos climáticos que cada dia mais afetam a vida das pessoas. Desta vez, não foram somente as pessoas mais vulneráveis, mas cidades inteiras estavam despreparadas para enfrentar uma infinidade de mazelas geradas pelos alagamentos e seus impactos.

A emissão de gases de efeito estufa (GEEs) faz parte dos ciclos da natureza e das ações antrópicas. Seu acúmulo e concentração na atmosfera, no entanto, geram a intensificação de eventos climáticos, traduzidos pelas chuvas intensas, alagamentos, ondas de calor, secas, proliferação de pestes, que causam impactos evidentes em todos os cantos do mundo.

A intensidade dos efeitos climáticos no Sul do País é apenas mais um caso devastador. A perda de vidas, os incontáveis danos materiais, a quebra na produção de alimentos, os impactos para a indústria moveleira, que abastece vários estados, dentre inúmeros outros efeitos, incitam refletir sobre o que significa e o que é possível fazer diante da adaptação às mudanças do clima.

Adaptação, perdas e danos, transição justa, transição energética e dos sistemas alimentares, mitigação, resiliência, financiamento e neutralidade de emissões são temas que desafiam o multilateralismo e a inércia dos países diante de uma realidade, no mínimo, incômoda. A transição para economias de baixo carbono ou, quando possível, carbono neutro, só acontecerá em escala quando se tornar economicamente viável, e isso exige catalisar transições. Enquanto isso, os desastres climáticos fomentados pelo aumento da temperatura global, que chegou a 1,45°C acima dos níveis pré-industriais em 2023, geram impactos monstruosos. Adaptação e mitigação precisam andar juntas!

O Brasil não tem a cultura de estar preparado para enfrentar crises. "Preparedness", na língua inglesa, significa prevenção, o ato de se preparar. O Brasil é o País da informalidade, das "leis que não pegam", do jeitinho, da máquina pública pesada e burocrática, da simplificação e banalização de assuntos extremamente sérios e dos mandatos políticos que pautam a gestão pública em ciclos de 4 em 4 anos e coíbem ações estruturantes e de longo prazo. Certos temas não dão votos e, portanto, passam longe de planos sérios e coerentes que possam ser implementados independentemente de bandeiras políticas.

A lógica da remediação após os impactos não pode ser a premissa central! É inerente, até mesmo porque os impactos continuarão a acontecer. Mas é preciso, urgentemente, se preparar para jogar o

29/Mai/2024 12:40

jogo das crises climáticas e construir políticas estruturantes de Brasília, passando pelos estados e chegando aos municípios. Adaptação é inerente a possibilidade de se desenvolver.

Em 2023, na COP28, em Dubai, foi aprovada a Meta Global de Adaptação, que reforça a urgência de os países revisarem seus planos de adaptação e implementarem ações voltadas para atingir objetivos como:

- Reduzir significativamente a escassez de água induzida pelo clima e aumentar a resiliência climática, visando um abastecimento de água, saneamento e acesso à água segura e acessível para todos.
- Alcançar uma produção e distribuição de alimentos resilientes ao clima, bem como aumentar a produção sustentável e regenerativa e o acesso equitativo a alimentos e nutrição adequados para todos.
- Alcançar resiliência contra os impactos na saúde relacionados à mudança climática, promover serviços de saúde resilientes e reduzir significativamente a morbidade e mortalidade relacionadas ao clima, especialmente nas comunidades vulneráveis.
- Reduzir os impactos climáticos nos ecossistemas e na biodiversidade e acelerar o uso de adaptação baseada em ecossistemas e soluções baseadas na natureza.
- Aumentar a resiliência da infraestrutura e dos assentamentos humanos aos impactos das mudanças climáticas para garantir serviços essenciais básicos e contínuos para todos.
- Reduzir substancialmente os impactos adversos das mudanças climáticas na erradicação da pobreza e nos meios de subsistência, especialmente promovendo o uso de medidas adaptativas de proteção social para todos.
- Proteger o patrimônio cultural desenvolvendo estratégias adaptativas para preservar práticas culturais e locais históricas e projetando uma infraestrutura resiliente ao clima, orientada pelo conhecimento tradicional, pelo conhecimento dos povos indígenas e pelos sistemas de conhecimento local.

É bastante razoável concordar que esses objetivos são subjacentes ao desenvolvimento em qualquer lugar do mundo.

O Brasil está revendo seu Plano Nacional de Adaptação e pretende estruturá-lo com base em 15 planos setoriais, envolvendo cidades e mobilidade, agricultura, segurança alimentar e nutricional, saúde, recursos hídricos, energia, transporte, povos indígenas, dentre outros. A possibilidade de se preparar para os efeitos climáticos e, de maneira explícita, construir resiliência, no sentido estrito da palavra, exige que o novo plano de adaptação seja útil em todos os níveis. Como em todos os países, a possibilidade de ampliar as ações de adaptação está diretamente relacionada à disponibilidade de recursos para investir nessas medidas.

Relatório do Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente publicado em 2023 estima que o hiato de financiamento para adaptação nos países em desenvolvimento gira em torno 194 a 336

bilhões de dólares por ano. Essas cifras são estimadas e variam de acordo com diversos fatores.

Um exercício válido para aprimorar a contabilidade de adaptação no Brasil exige questionar o que é preciso fazer para que a agricultura e as cidades estejam minimamente preparadas para lidar com os efeitos climáticos, que continuarão a acontecer. Nas negociações sobre agricultura na Convenção do Clima, discute-se, há anos, potenciais ações que podem e precisam ser adotadas visando "construir estratégias de adaptação". Sistemas de alerta rápido, estações meteorológicas, educação para que as pessoas saibam usar esses sistemas, tecnologias adaptadas ao clima mais seco, práticas e inovações que permitam reduzir a degradação e recuperar solos, tecnologias que evitem a disseminação de pragas, dentre um rol enorme de práticas e medidas que permitam reduzir perdas.

Ampliar sobremaneira o seguro rural e o uso de ferramentas de gestão de riscos, como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, fomentar a adoção contínua de boas práticas e tecnologias e a implementação de tecnologias da chamada agricultura 4.0 são outras medidas desejáveis.

Migrando para as cidades, é válido pensar que existe uma ampla gama de medidas de adaptação que precisam ser consideradas pelas políticas públicas. Modelagem hidrológica, sistemas de drenagem urbana, sistemas de alerta rápido, aumento de áreas permeáveis, transição de habitações de risco para moradias dignas e climaticamente resilientes, tratamento de esgoto e reúso de água e melhorias no transporte urbano e inovação contínua são apenas algumas medidas.

Não é viável, nem o propósito deste breve artigo, apontar quanto custa adotar essas e outras medidas que podem apoiar, substancialmente, a capacidade dos municípios de estarem preparados para lidar com os eventos climáticos. Investir e fomentar na restauração de vegetação nativa é outra oportunidade de aprimorar adaptação para a agricultura e para as cidades. Produtores rurais e toda a cadeia produtiva devem cooperar para tirar do papel o desafio de transformar a restauração em uma agenda econômica que traga diversos co-benefícios. A sociedade, de forma ampla, ganha com o aumento da vegetação nativa e seus serviços ecossistêmicos.

Sediar a COP30, em 2025, é uma imensa oportunidade para mostrar que adaptação é uma prioridade para o Brasil. O Brasil precisa aprovar um Plano de Adaptação robusto, que permeie a política nacional em todos os níveis e permita que ações de adaptação sejam efetivamente adotadas em escala.

É preciso, ademais, criar espaço fiscal para que a União, os Estados e os Municípios planejem e executem ações de adaptação, sob pena de buscarem socorro após vivenciarem tragédias causadas pelos extremos climáticos. É premente transformar as necessidades de adaptação em pautas econômicas que viabilizem investimentos maciços, tanto públicos quanto privados, na capacidade de estar preparado para enfrentar, gerir e mitigar os riscos que tenderão a acontecer mais e mais. Somente assim será possível fomentar desenvolvimento atrelado à bela palavra resiliência e ao objetivo mais amplo de fomentar a transição justa.

*Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui*

---

*20 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis. e-mail: [rodrigo@agroicone.com.br](mailto:rodrigo@agroicone.com.br)*